



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO - UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MAYRA MARIA GUILHERME ALVES RAMOS

CONTABILIDADE FEITA POR ELAS:
Participação das mulheres Alagoanas na profissão contábil

SANTANA DO IPANEMA
2018

MAYRA MARIA GUILHERME ALVES RAMOS

**CONTABILIDADE FEITA POR ELAS:
Participação das mulheres Alagoanas na profissão contábil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis – Unidade Acadêmica Santana do Ipanema, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Josicleide de Amorim Pereira Moreira

**SANTANA DO IPANEMA
2018**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

R175c Ramos, Mayra Maria Guilherme Alves

Contabilidade feita por elas : participação das mulheres alagoanas na profissão contábil / Mayra Maria Guilherme Alves Ramos. – 2018.
25 f.

Orientação: Profa. Josicleide de Amorim Pereira Moreira.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) –
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
Ciências Contábeis. Santana do Ipanema, 2018.

Bibliografia: f. 22 – 25.

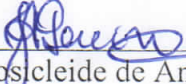
1. Profissão Contábil. 2. Contador. 3. Mercado de trabalho.
4. Representação Feminina. I. Título.

CDU: 657


MAYRA MARIA GUILHERME ALVES RAMOS

CONTABILIDADE FEITA POR ELAS:
Participação das mulheres Alagoanas na profissão contábil

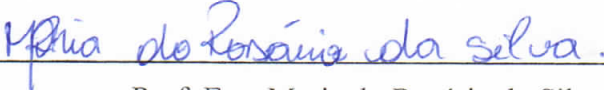
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Ma. Josicleide de Amorim Pereira Moreira
Orientadora - UFAL



Prof. Me. Leandro Araújo Wickboldt
Examinador - UFAL



Prof. Esp. Maria do Rosário da Silva
Examinadora - UFAL

Aprovado em 14 de DEZEMBRO de 2018.

Resumo

O estudo objetivou identificar a representação das mulheres alagoanas na profissão contábil. Para tanto, optou-se pela pesquisa descritiva, com a utilização de procedimentos técnicos bibliográfico e documental, adotando-se a abordagem quantitativa, com método dedutivo. Foram coletados dados disponibilizados no *site* do Conselho Federal de Contabilidade, bem como dos Conselhos Regionais de Contabilidade e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com os resultados obtidos, constatou-se que do total dos profissionais com registros ativos 42,80% são mulheres. A região com o maior número de mulheres atuantes na profissão contábil é o Sudeste. Identificou-se que o estado de Alagoas possui 1.527 mulheres profissionais em contabilidade com registros ativos, sendo 22,86% técnicas e 77,14% contadoras. Constatou-se ainda que, o estado de Alagoas ocupa a nona posição na representação feminina contábil na região Nordeste. Evidencia-se a necessidade de novos avanços e ampliação de representatividade feminina na área contábil, vislumbrando-se a equidade de gênero na profissão, inclusive, no estado de Alagoas.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Representação Feminina. Profissão Contábil.

Abstract

The study aimed to identify the representation of Alagoas women in the accounting profession. For that, the descriptive research was chosen, using technical bibliographic and documentary procedures, adopting the quantitative approach, with deductive method. Data were collected on the website of the Federal Accounting Council, as well as the Regional Accounting Councils and the Brazilian Institute of Geography and Statistics. With the obtained results, it was verified that of the total of the professionals with active registers 42,80% are women. The region with the largest number of women working in the accounting profession is the Southeast. It was identified that the state of Alagoas has 1.527 professional women in accounting with active records, being 22,86% technical and 77,15% accounting. It was also verified that, the state of Alagoas occupies the nine position in the accounting representation in the Northeast region. There is evidence of the need for new advances and expansion of female representation in the accounting area, with gender equity in the profession, including in the state of Alagoas.

Keywords: Labor market. Female Representation. Occupation Accounting.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Profissionais e organizações de contabilidade ativos por estado.	16
Tabela 2 - Números de homens e mulheres em ativa na profissão contábil.	17
Tabela 3 – Evolução quantitativa das profissionais ativas entre 2008 a 2017 no Brasil.	17
Tabela 4 - Números de mulheres na profissional contábil em ativa por região.	18
Tabela 5 - Números das profissionais contábeis em ativa nos estados do Nordeste.	18

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eventos em nível nacional das profissionais de contabilidade	12
Quadro 2 – Participação feminina na presidência dos Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil	13

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
BREVE HISTÓRICO ACERCA DO EMPODERAMENTO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	9
A INSERÇÃO DA MULHER NA ÁREA CONTÁBIL.....	12
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos as mulheres têm conquistado destaque nos variados setores, sejam eles: político, econômico, social e cultural. Porém, nem sempre foi assim. O sexo feminino, por muito tempo, foi submisso ao sistema patriarcal, restringido-se às atividades da casa e do campo, ora dependendo do pai, ora em dependência do marido.

Sua inserção no mercado de trabalho se deu através de profissões próximas aos dos trabalhos domésticos e com baixa remuneração, a exemplo de: empregadas do lar, cuidadoras, secretárias, enfermeiras, entre outras.

O marco da ascensão das mulheres data a partir das I e II Guerras Mundiais, quando tiveram que suprir as vagas existentes nas fábricas e indústrias, devido à participação dos homens nas batalhas. Deste modo, tiveram que acumular funções, tornando-se essenciais tanto no âmbito familiar como para o mercado de trabalho. Contudo, continuavam com condição jurídica e cível totalmente limitada e sem direitos políticos (SOUZA, 2015).

No Brasil o movimento feminino começou a surgir a partir dos anos 70 ensejando novas perspectivas de emancipação para as mulheres, seja no âmbito social, econômico, como também, em participação política na sociedade (CAMPELLO; DONATI, 2002).

Contudo, somente em 1988 é que se consolidou a igualdade de direitos e obrigações entre os gêneros, por meio da Constituição Federal (CF) a qual prevê em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Em seu inciso I ainda preceitua que: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Direitos resguardados por lei e pelos princípios da CF: Igualdade e Isonomia.

Desta forma a Constituição Federal garantiu as mulheres brasileiras condições de paridade em termos de direitos e obrigações em relação aos homens.

Além disso, vários movimentos foram necessários, vislumbrando contribuir para que as mulheres pudessem participar nas diferentes ocupações da sociedade e nas diversas relações produtivas da economia.

Esses movimentos, por inúmeras vezes, têm sido legitimados por organismos nacionais e internacionais que atuam como interlocutores na conquista por igualdades entre os gêneros, buscando combater a divisão sexual do trabalho, as formas de preconceito, bem como a discriminação advinda da sociedade patriarcal, que mesmo de forma tênue, teimam em permanecer no seio da sociedade contemporânea.

Tais movimentos possibilitaram reflexões que suscitaram na ampliação da participação das mulheres em várias atividades, inclusive, em profissões que anteriormente eram executadas, preponderantemente, por homens, como é o caso da profissão contábil.

A profissão contábil é uma das mais antigas e a literatura dá conta de que o seu desenvolvimento esteve atrelado ao desempenho dos homens na área, já que não é citado nenhum nome de mulher no início da história do pensamento contábil. Logo, intui-se que a participação inicial das mulheres na contabilidade só foi possível através da realização de atividades consideradas com menor grau de complexidade, já que a linguagem dos negócios cabia aos homens.

Diante disso, sua conquista nessa profissão ocorreu através de sucessivas lutas e também devido a sua persistência e competência, de modo a garantir o seu espaço e ascender diversos cargos de importância na profissão. Em certo sentido, o avanço da mulher na contabilidade se deve à facilidade que elas têm em lidar com os detalhes peculiares à profissão.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as mulheres estão cada vez mais ocupando cargos executivos na área contábil e no ano de 2017 representavam 42,87% dos profissionais de contabilidade em atividade.

No estado de Alagoas a representatividade feminina na profissão contábil, também, vem crescendo a cada ano, e embora tal participação seja inferior em relação aos homens, as contadoras têm contribuído para o desenvolvimento da profissão e, sobretudo, se destacando como agente transformador da sociedade, garantindo através de sua competência profissional a sobrevivência de muitas empresas.

Dada a importância da figura feminina na classe contábil, esse estudo parte da seguinte indagação: Qual a representatividade das mulheres alagoanas na profissão contábil?

Com o intuito de responder a questão inicial o objetivo geral desta pesquisa é o de identificar a representação das mulheres alagoanas na profissão contábil. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: i) Apresentar um breve histórico acerca do empoderamento da mulher no mercado de trabalho; ii) Identificar o contingente feminino na profissão contábil no estado de Alagoas; iii) Comparar a participação da profissional contábil alagoana em relação aos demais estados brasileiros.

Há de se destacar que estudos desta natureza são essenciais para entender a configuração dos gêneros nas relações de trabalho, tendo em vista que várias pesquisas apontam disparidade entre os sexos nas relações de emprego, como é o caso da que foi divulgada, em 2018, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹, a qual revela que a participação da mulher (48,5%) na força de trabalho é menor que a do homem (75%) com idade superior a 15 anos. Além disso, a taxa de desemprego é maior para elas (6%) que para o sexo masculino (5,2%), evidenciando que as mulheres têm mais dificuldades em se inserirem no mercado de trabalho.

Assim, esta pesquisa justifica-se devido ao fato de que, apesar de, constatar-se o avanço feminino em termos de participação no mercado de trabalho, as mulheres continuam com menos espaços em vagas de emprego, ainda por cima, com salários menores que os dos homens, necessitando, portanto, de novos estudos e reflexões acerca da temática.

Oportuno destacar que embora existam estudos que tratam da temática central, a exemplo de Júnior *et al.* (2015) e Machado *et al.* (2017), em buscas realizadas em Periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), em Anais de Congresso, e em sites de buscas acadêmicas como Google Acadêmico, não foram identificadas pesquisas acerca desta temática no estado de Alagoas, carecendo, portanto, de estudos que contribuam com a promoção de novas conquistas para as mulheres, sobretudo, na profissão contábil.

O estudo torna-se relevante, vez que possibilita aos acadêmicos conhecerem a representatividade da mulher alagoana na profissão contábil, incentivando a partir disso, a produção de outras pesquisas que contemplem o gênero feminino, bem como demonstrará aos profissionais locais a importância das contadoras no desenvolvimento da classe contábil, ampliando as discussões acerca da atuação das mulheres na profissão. Já em termos sociais espera-se que a pesquisa possa evidenciar a mulher como agente transformador da sociedade, sendo necessário, portanto, a garantia dos direitos por elas conquistados e para, além disso, possibilitar reflexões que gerem políticas públicas para a efetiva equidade entre os gêneros.

¹ <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-segure-menor-que-a-dos-homens-diz-oit.ghtml>

BREVE HISTÓRICO ACERCA DO EMPODERAMENTO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

É bem sabido que, em conformidade com as crenças, desde a criação do mundo, para os cristãos, a mulher foi criada da costela do homem, de acordo com a sagrada escritura.

Canezin (2017) assevera que esse entendimento sedimentou a ideia de inferioridade da mulher, vez que ela foi originada a partir da matéria prima do homem.

Outro fato que legitimou sua submissão está registrado na antiga sociedade grega, na qual a mulher era privada dos direitos sociais, vivia sob a proteção do sexo masculino, e não podia comprar ou vender imóveis, de modo que não tinha permissão para qualquer processo jurídico. Nesses casos era dependente do seu varão, qualquer que fosse; seu pai, seu irmão, seu marido, ou, parente próximo, desde que fosse homem (CANEZIN, 2017).

A situação de inferioridade enfrentada pelo gênero feminino perdurou por milênios, sendo a família estruturada com papéis específicos de representação para a mulher e para o homem, a quem cabia à chefia do núcleo familiar, bem como as decisões que atendessem aos seus próprios interesses, inclusive, o futuro dos filhos (CANEZIN, 2017).

Há de se destacar que o casamento tinha uma finalidade social e política, e principalmente de imposição sobre a mulher, que raramente teria o prazer de escolher quem seria o seu companheiro. Assim, na maioria das vezes seus pais ou representantes lhes empunhavam com quem deveria se casar, arrumando-lhe um bom partido em questões financeiras e moral (CANEZIN, 2017).

A forma de enxergar a mulher como ser inferior perpetuou durante muito tempo, e a ela cabia às atividades domésticas e da agricultura, além da criação dos seus filhos.

Com o decorrer do tempo as mulheres passaram a desenvolver atividades que traziam rendimentos, como por exemplo: costura, fiação, criada doméstica, entre outros. Porém, todas essas atividades eram de cunho doméstico.

Deste modo, a entrada da mulher no mercado de trabalho se deu de forma tardia, historicamente a partir de 1914, com o início da I Guerra Mundial e posteriormente com a II Guerra Mundial, ocasiões em que os homens iam para as batalhas e as mulheres assumiam os negócios da família e a posição do marido no mercado, seja durante a guerra, seja pela morte do mesmo ou pela mutilação sofrida por eles nas guerrilhas. Este fato provocou uma transformação social, no que diz respeito ao aumento no nível de instrução das mulheres e em relação à redução dos números dos/as filhos/as (SOUZA, 2015).

Com a industrialização iniciou-se um processo de reformulação familiar, no qual as mulheres passaram a ser vistas como consumidoras que contribuíam com a expansão econômica, trabalhando nas indústrias e nos comércios, mas tendo ainda a responsabilidade familiar de gerir uma casa, e também, cuidar dos filhos e do marido (CANEZIN, 2017).

Durante a busca pela igualdade e um espaço dentro da sociedade, as novas profissionais passaram por muitas barreiras. Foram necessários muitos movimentos no sentido de possibilitar a participação feminina nas diferentes ocupações e nas diversas relações produtivas da economia.

No Brasil os movimentos feministas tiveram surgimento a partir do século XIX tendo como principais lutas: educação feminina, direito de voto, abolição dos escravos e participação na política. Tais movimentos contribuíram para as alterações na configuração da população economicamente ativa, sendo observadas a partir das mudanças ocorridas no mercado de trabalho nos anos 80. Momento em que se constatou um aumento de 39,6% para 43,3%, entre o período de 1979 e 1989, para tal população. O aumento foi influenciado significativamente pela continuidade da entrada de mulheres no mercado de trabalho após

1970, de modo que ao final dos anos 80 mais de um terço da população economicamente ativa era composta por mulheres (BALTAR E LEONE, 2008).

Para além dos movimentos feministas, a capacitação profissional por parte das mulheres foi outro fator importante para a inclusão delas no mercado de trabalho.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018), destaca o ingresso das mulheres ao Ensino Superior, como uma das principais conquistas femininas no último século. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2017, as mulheres representavam 61,1% dos estudantes concluintes em cursos de graduação, revelando que elas são a maioria neste nível de formação.

Na pós-graduação elas também tem tido destaque. Segundo os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2018), sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação, o gênero feminino correspondia, em 2016, a 165.564 (54,46%) do total de pessoas matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto os homens somavam o equivalente a 138.462 (45,54%) na mesma modalidade de educação.

Os dados apontam que houve uma melhora significativa no grau de instrução das mulheres, visto que elas têm percebido que quanto maior for a capacitação e especialização em áreas de formação, maiores serão as possibilidades de alcançarem *staff* mais promissores em sua carreira. Como consequência, possibilita-se um incremento na participação da população feminina no mercado de trabalho.

Assim, a crescente representatividade da mulher no mundo dos negócios está atrelada a busca constante de capacitação, inclusive, em setores cujas atividades eram, preponderantemente, realizadas por homens. Tal capacitação tem garantido a elas melhores oportunidades de emprego.

Como resultado disso, pode-se destacar o nome de Stacey Cunningham, formada em Engenharia Industrial pela Universidade Lehigh University, na Pensilvânia. Ela começou a trabalhar na maior Bolsa de Valores do mundo (em questão de capitalizações de mercado) em 1994, quando era estagiária. No ano de 2005, tornou-se diretora de negociações, e em 2018 assumiu o posto de primeira mulher a liderar a New York Stock Exchange (NYSE) em 226 anos de negociações da empresa. A NYSE é a segunda maior bolsa de valores entre as três maiores do mundo, que tem uma mulher como presidente. A primeira foi a National Association of Securities Dealers Automated Quotations (Nasdaq) que reúne ações de alta tecnologia, tendo em 2017 como presidente Adena Friedman.

No Brasil, as mulheres têm se destacado em inúmeras áreas, passando a assumir, inclusive, os maiores cargos públicos, a exemplo de Dilma Vana Rousseff que assumiu a presidência da República (2011-2016); Ellen Gracie Northfleet que foi a primeira mulher a exercer o cargo de ministra (2000-2011) e de presidente do Supremo Tribunal Federal (2006-2008); Cármen Lúcia Antunes Rocha que atuou como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2012-2013) e presidindo, também, o Supremo Tribunal Federal (2016-2018); Laurita Hilário Vaz que assumiu a presidência do Superior Tribunal da Justiça (2016-2018); Raquel Elias Ferreira Dodge que atua como Procuradora-geral da República do Brasil, desde 2017; entre tantas outras que por merecimento e reconhecimento têm desempenhado importantes funções no país.

Não somente nessas áreas de atuações, mas também no esporte, sobretudo, nos que são considerados, majoritariamente, para o sexo masculino, as mulheres têm tido grande destaque, como é o caso da jogadora de futebol feminino Marta Vieira da Silva, Alagoana e única brasileira que foi eleita seis vezes ao prêmio de melhor jogadora do mundo, sendo considerada a maior artilheira da Seleção Brasileira e da Copa do Mundo de Futebol Feminino.

A história dá conta de inúmeras mulheres que lograram êxito em suas profissões e que assumiram posições relevantes na sociedade. No entanto, apesar de tudo isso, o que se presencia ainda é a discriminação salarial quando comparada com a remuneração que é paga por atividades cujas competências e habilidades exigidas, de igual modo, são realizadas por homens.

Embora existam vários esforços no sentido de mitigar as diferenças salariais em atividades exercidas por ambos os sexos, percebe-se que as mulheres estão longe de alcançarem uma paridade salarial, fato este comprovado por meio de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), a qual constatou que elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens, mesmo tendo maior escolarização e laborando por mais horas.

Outro indicador a ser observado é o que tem sido apresentado pelo The Global Gender Gap Report (GGGR), o qual foi criado em 2006, pelo Fórum Econômico Mundial, e desde então vem medindo a desigualdade de gênero globalmente por meio de um índice que contém 4 dimensões: (1) participação econômica e oportunidades; (2) realização educacional; (3) saúde e expectativa de vida e; (4) empoderamento político.

Para consolidar o índice são coletados 14 indicadores, que mensuram, dentre outros aspectos, o que segue:

- Igualdade salarial entre homens e mulheres em trabalhos semelhantes;
- Relação entre mulheres legisladoras, executivas sênior e gestoras e homens;
- Relação entre mulheres e homens no parlamento;
- Relação entre mulheres e homens nos ministérios.

Considerando estes quatro indicadores, as mulheres ganham em média 30% a menos que os homens para os mesmos trabalhos. Além disso, para cada 10 executivos ao menos 1 é do gênero feminino, enquanto que para cada 10 parlamentares 3 são mulheres e para cada 10 ministros apenas 2 são mulheres (GGGR, 2018).

Com isso, pode-se perceber que a desigualdade de gênero é uma realidade mundial, necessitando, portanto, de novas reflexões e políticas públicas que tornem possível a paridade entre os gêneros.

Por outro lado, ao considerar o índice global, em 2018, a pesquisa cobriu aproximadamente 149 países, com um índice global de 68% de igualdade, isto é, há 32% de desigualdade (*gap*). O Brasil ocupa a 95ª posição do *ranking*, ficando atrás de países como Cambodja, Senegal, Venezuela, etc. O índice global do Brasil é 68,1%, que fica próximo da média global, contudo fica aquém nas dimensões igualdade de oportunidades ficando com a classificação 92ª no *ranking*, e empoderamento político na posição 112ª. Em contrapartida, juntamente com outros 25 países, o Brasil ocupa a primeira classificação do *ranking* mundial na dimensão realização educacional, bem como na de saúde e expectativa de vida, na qual compartilha a posição com outros 40 países, onde há equiparação entre os gêneros (GGGR, 2018).

Assim, mesmo diante do avanço de mulheres atuando em áreas antes vistas como desenvolvidas, com preponderância, por homens, como é o caso da contabilidade, ainda é perceptível que o gênero feminino enfrenta dificuldades para se inserir nas mais variadas profissões, além da disparidade salarial que existe entre ambos os sexos, necessitando, portanto, de ajustes em termos de atuação e de paridade de salários, tendo em vista o importante papel desempenhado por elas para o desenvolvimento da classe contábil e da sociedade como um todo.

A INSERÇÃO DA MULHER NA ÁREA CONTÁBIL

A profissão contábil é uma das mais antigas e de grande relevância para a sociedade, visto que as informações econômico-financeiras extraídas da contabilidade auxiliam aos gestores na tomada de decisões, objetivando a perenidade empresarial.

Por muito tempo a profissão contábil foi exercida, exclusivamente, por homens, e no decorrer de seu desenvolvimento passou a admitir mulheres. Contudo, não há relatos históricos claros, que apontem a data de sua inserção, bem como as atividades que eram realizadas por elas.

Apesar de a inserção feminina no ambiente contábil, inicialmente, ter sido de forma tímida, percebe-se que ela começou a ganhar força a partir do Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, que instituiu o curso de bacharelado em Ciências Contábeis no Brasil, o qual possibilitou a formação de mulheres na profissão.

Assim, de acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ) a primeira mulher a obter o registro profissional foi Eny Pimenta de Moraes, em 10 de junho de 1947. Já o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais teve o seu primeiro registro profissional feminino concedido a Maria Divina Nogueira Sanches, em 13 de outubro de 1947.

Ainda em relação à formação, Peleias *et al.* (2007), afirmam que os primeiros programas *Stricto Sensu* em Contabilidade, no país, datam de 1970 para mestrados e 1978 para doutorados. A primeira mulher a obter titulação em mestrado e doutorado, no Brasil, foi Cecília Akemi Kobata Chinen, nos anos de 1976 e 1986, respectivamente (CUNHA; CORNACHIONE; MARTINS, 2008).

Na medida em que as mulheres se profissionalizam, elas também se consolidam na profissão, passando a assumir cargos, historicamente, ocupados por homens, a exemplo de Elizabteh Kothase Ribeiro, primeira mulher a presidir o órgão de classe, na gestão 1959-1960, do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso.

Aos poucos, as mulheres foram quebrando as barreiras impostas e adentrando cada vez na contabilidade brasileira, de modo que em 1991, por ocasião da 43ª Convenção dos Contabilistas, realizada na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu, concomitantemente, o I Encontro Nacional da Mulher Contabilista, a partir disso o movimento feminino contábil passou a ganhar força realizando outros eventos que ampliaram as reflexões acerca de sua participação na profissão, tais como:

Quadro 1 – Eventos em nível nacional das profissionais de contabilidade

ANO	EVENTOS	LOCAL
1991	I Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Rio de Janeiro – RJ
1992	II Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Salvador – BA
1999	III Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Maceió - AL
2003	IV Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Belo Horizonte – MG
2005	V Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Aracaju – SE
2007	VI Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Florianópolis – SC
2009	VII Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Vitória – ES
2011	VIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Caldas Novas – GO
2013	IX Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Santos – SP
2015	X Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Foz do Iguaçu – PR
2017	XI Encontro Nacional da Mulher Contabilista	Gramado – RS

Fonte: Feliciano (2018).

Os eventos iniciais serviram como força propulsora para que em 2003 fosse aprovada a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 971/03, a qual passou a garantir

uma representação mínima de 20% para cada sexo nas chapas eleitorais para o CFC e Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), assegurando a representação da mulher nos cargos diretos das entidades de classe.

Após a aprovação da Resolução supracitada, não demorou para que o cargo máximo da profissão fosse ocupado por uma mulher. Assim, em 2006, Maria Clara Cavalcante Bugarim assumiu a presidência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), durante o período de 2006 a 2009, após o mesmo ter sido ocupado por homens durante sessenta anos de existência do Conselho. Bugarim já tinha presidido a Fundação Brasileira de Contabilidade (2002-2005). Assumiu a gestão da diretoria da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) desde 2009. Foi vice-presidente de relações institucionais da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) (2013- 2017), sendo ainda, assessora técnica da International Federation of Accountants (Ifac).

O quadro a seguir destaca a participação feminina na presidência dos CRCs do país.

Quadro 2 – Participação feminina na presidência dos Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil

REGIÃO	CRC	GESTÃO	NOME DA PRESIDENTE
NORTE	CRCAP	2002-2003; 2004-2005	MARIA ANGÉLICA CORTE PIMENTEL
		2006-2007; 2008-2009	MARILENE CARDOSO DO NASCIMENTO
	CRCAM	2004-2005; 2006-2007	LUCILENE FLORÊNCIO VIANA
		2012-2013	JEANNE CARMEN RAMOS LUZEIRO
		2014-2015	EDNA MARIA DE OLIVEIRA DINELLI
	CRCRR	2018-ATUAL	PALMIRA LEÃO DE SOUZA
	CRCPA	2018-ATUAL	TICIANE LIMA DOS SANTOS
		2016-2017	MARIA DE FÁTIMA C. VASCONCELOS
	CRCTO	2010-2013	VÂNIA LABRES DA SILVA
	CRCRO	2014-2015	VILMA FÁTIMA MENDES
CRCAC			
NORDESTE	CRCMA	1998-1999; 2000-2001	EULÁLIA DAS NEVES FERREIRA
	CRCPI		
	CRCCE	2016-2017	CLARA GERMANA ROCHA
	CRCRN	2000-2001; 2002-2003	JUCILEIDE FERREIRA LEITÃO
		2006-2009	MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA
	CRCPE		
	CRCPB	2018-ATUAL	VILMA PEREIRA DE SOUZA SILVA
	CRCSE	2014-2015; 2016-2017	ÂNGELA ANDRADE DANTAS MENDONÇA
	CRCAL	1998-1999	MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
CRCBA	2008-2009; 2010-2011	MARIA CONSTANÇA CARNEIRO GALVÃO	
CENTRO-OESTE	CRCMT	1959-1960	ELIZABTEH KOTHASE RIBEIRO
		1984-1985	LUZIA GUIMARÃES
		1997	DELZA TEIXEIRA LENA
		2000-2001; 2002-2003; 2014-2015; 2016-2017.	SILVIA MARA LEITE CAVALCANTE
	CRCMS	2018-ATUAL	IARA SONIA MARCHIORETTO
	CRCGO	2004-2005	LUCI MELITA VAZ
	CRCDF	2014-2015	SANDRA MARIA BATISTA

SUDESTE	CRCSP	1994	CÉLIA REGINA DE CASTRO
		2018-ATUAL	MARCIA RUIZ ALCAZAR
	CRCRJ	2010-2013	DIVA MARIA DE OLIVEIRA GESUALDI
		2014-2015; 2016-2017	VITÓRIA MARIA DA SILVA
	CRCES	1971-1972; 1973-1974	LYRA DE SOUZA MACEDO
		2013-2013	CRISTINA AMÁLIA FONTES LANGONI
CRCMG	2018-ATUAL	ROSA MARIA ABREU BARROS	
SUL	CRCPR	2012-2015	LUCÉLIA LECHETA
	CRCRS	2018-ATUAL	ANA TÉRCIA LOPES RODRIGUES
	CRCSC		

Fonte: A partir de consulta aos Conselhos Regionais de Contabilidade (2018).

Como se pôde perceber no quadro 2, a maioria dos Conselhos já foram presididos por mulheres, porém existem órgãos de classe que nunca o foram, são eles: Conselho Regional de Contabilidade do Acre (CRCAC); Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRCPI); Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE); e o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC).

Há de se destacar que a profissional de contabilidade que passou mais tempo presidindo uma entidade de classe contábil foi Sílvia Mara Leite Cavalcante no Conselho Regional de Mato Grosso (CRCMT) nos períodos de 2000-2001; 2002-2003; 2014-2015; e 2016-2017.

Apesar de se constatar a participação feminina na presidência de alguns Conselhos de Contabilidade, percebe-se que ainda existem obstáculos a ser superados, vez que sua participação em termos de gestão ainda é tímida, conforme o que foi constatado no quadro 2. Tal constatação corrobora com a divulgação The Global Gender Gap Report (2018), o qual aponta que apenas 34% dos cargos de gerência do mundo são ocupados por mulheres.

Das profissionais de contabilidade, merece destaque, também, Ana Maria Elorrieta que presidiu a diretoria nacional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). Tendo sido eleita pela Global Accountancy Power 50 como uma das pessoas mais influentes nas áreas de auditoria e contabilidade. Além de ter sido reeleita como membro oficial do Conselho da Federação Internacional de Contadores (IFAC).

Outra personalidade de relevância na contabilidade é Gildenora Batista Dantas Milhomem, Auditora Federal de Finanças e Controle do Tesouro Nacional, desde 1994. Foi nomeada Subsecretária de Contabilidade Pública em 2015, tendo exercido outros cargos na Administração Pública, como: Subsecretária de Planejamento e Orçamento do Ministério da Fazenda (1995-2000); Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda (2000-2007); Diretora de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo (2007-2008); Superintendente de Administração e Finanças da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) (2008-2010); e Secretária-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União (AGU) (2010-2015), conforme dados divulgado pelo *site* do Tesouro Nacional.

Por tudo isso, é notório a crescente participação das mulheres no mercado profissional de contabilidade. O *site* do CFC esclarece que no ano de 1950, no Brasil, as mulheres contadoras e técnicas em contabilidade, representavam apenas 4,3% dos trabalhadores da área. Em 2018, elas já representam 42,79% do total dos profissionais contábeis com registros ativos no Conselho. Porém, tal constatação revela a necessidade de novas pesquisas que elucidem os motivos da retração de registros femininos no Conselho,

visto que as estatísticas apontam que o percentual de mulheres matriculadas nos cursos de Ciências Contábeis tem crescido em relação ao total dos homens nos últimos anos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o último censo da educação superior de 2017, revelou que o curso de Ciências Contábeis ocupa a quarta posição entre os dez maiores cursos de graduação em número de matrículas com um total de 362.042 discentes matriculados. Destes 57% são mulheres e 43% são homens.

Como se pôde perceber a participação das mulheres na formação em Ciências Contábeis tem sido expressiva em relação aos homens. Esse fenômeno tem contribuído para uma maior representatividade feminina no mercado contábil.

Dessa forma, com a crescente e constante qualificação e atuação nos mais variados ramos da contabilidade a profissional de contabilidade vem se legitimando como força propulsora para o desenvolvimento da profissão no país, bem como tem assegurado e ampliado sua participação no ambiente contábil, tradicionalmente, liderado pelo sexo masculino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se quanto aos objetivos pela pesquisa descritiva, a qual busca descrever as características de determinada população ou fenômeno (PRODANOV e FREITAS, 2013). Coadunando-se com o estudo em tela, já que ele tem a pretensão de delinear a participação da mulher alagoana na profissão contábil.

Em relação aos procedimentos técnicos adotou-se a pesquisa bibliográfica e a documental. Na opinião de Silva (2010) a pesquisa bibliográfica objetiva levantar conhecimentos acerca de um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, entre outros. Já do ponto de vista de Severino (2007) a pesquisa documental, apoia-se em documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas de outros tipos de documentos, a exemplo de jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.

Assim, a revisão da literatura foi feita com base na pesquisa bibliográfica por meio de artigos, livros, e outros, enquanto que a pesquisa documental serviu para coletar dados, vez que o estudo teve a pretensão de analisar dados relevantes acerca da participação feminina no âmbito contábil de Alagoas, sem que houvesse a necessidade do contato direto com os sujeitos da pesquisa, no caso, as profissionais de contabilidade.

A pesquisa assume uma abordagem quantitativa, a qual se caracteriza como alocação de instrumentos estatísticos, tanto na coleta de dados, quanto no tratamento dos dados, em que o “processo não é tão aprofundado na busca do conhecimento real dos fenômenos, já que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos” (BEUREN, 2012, p. 92). Deste modo, utilizou-se a abordagem quantitativa tendo em vista a necessidade de se conhecer a representatividade das profissionais de contabilidade no estado de Alagoas.

Para realização da pesquisa optou-se pelo método dedutivo, o qual objetiva explicar o conteúdo das premissas por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, partindo da análise do geral para o particular, chegando-se a uma conclusão (PRODANOV E FREITAS, 2013). Assim, a escolha desse método justifica-se em função de a pesquisa ter partido de uma visão geral acerca da participação da mulher no mercado contábil, objetivando conhecer a representação delas na profissão no estado de Alagoas.

A coleta de dados abrangeu documentos disponibilizados no *site* do Conselho Federal de Contabilidade, pelos os quais identificou-se o quantitativo de profissionais ativos no Brasil e nos seus respectivos estados. Além disso, recorreu-se aos Conselhos Regionais

de Contabilidade, objetivando-se coletar dados acerca dos Conselhos que já tiveram mulheres como presidentes. Também, por meio do *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) coletou-se dados relativos à inserção da mulher na formação em Ciências Contábeis, além de consultas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para se conhecer a estimativa da população residente no Brasil e unidades da federação.

A análise de dados foi do tipo documental, com o auxílio de planilhas eletrônicas do Excel® e uso da estatística descritiva, ocasião em que analisou-se documentos do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas, tendo por objetivo identificar a representação das mulheres alagoanas na profissão contábil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o sítio do CFC, na Consulta Nacional de Ativos, o número de profissionais de contabilidade com registros até o dia 31 de outubro de 2018, correspondia a 524.648 entre homens e mulheres, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Profissionais e organizações de contabilidade ativos por estado.

Estados	Nº de Profissionais Contábeis	%	Nº de Organizações Contábeis	%
AC	1.280	0,24	102	0,15
AL	3.903	0,74	506	0,77
AM	7.119	1,36	474	0,72
AP	1.529	0,29	91	0,14
BA	22.143	4,22	2.872	4,35
CE	13.394	2,55	2.038	3,09
DF	14.761	2,81	2.044	3,10
ES	10.712	2,04	1.622	2,46
GO	13.137	2,50	1.740	2,64
MA	7.151	1,36	615	0,93
MG	54.697	10,43	7.474	11,32
MS	7.445	1,42	1.244	1,88
MT	9.844	1,88	1.257	1,90
PA	11.501	2,19	723	1,10
PB	6.106	1,16	701	1,06
PE	15.710	2,99	1.497	2,27
PI	5.794	1,10	574	0,87
PR	33.441	6,37	4.929	7,47
RJ	54.610	10,41	5.166	7,83
RN	6.372	1,21	596	0,90
RO	4.471	0,85	538	0,82
RR	1.318	0,25	117	0,18
RS	38.889	7,41	4.208	6,37
SC	21.003	4,00	4.214	6,38
SE	3.605	0,69	430	0,65
SP	151.327	28,84	19.812	30,01
TO	3.386	0,65	426	0,65
Total	524.648	100	66.010	100

Fonte: A partir de Consulta Nacional de Ativo, CFC (2018).

De acordo com a tabela 1 os estados que possuem a maior concentração de profissionais são: São Paulo (28,84%), Minas Gerais (10,43%), e Rio de Janeiro (10,41%).

A menor concentração de profissionais de contabilidade está no estado do Acre (0,24%).

Em relação ao quantitativo de organizações contábeis distribuídas pelo Brasil, em conformidade com os dados obtidos no *site* do Conselho Federal de Contabilidade, temos o equivalente a 66.010 organizações. Os estados com o maior número de organizações contábeis são: São Paulo (30,01%), Minas Gerais (11,32%) e Rio de Janeiro (7,83%). E o estado com o menor número de organizações contábeis é o Amapá (0,14%).

De acordo com os dados do último Censo da Educação Superior (2017), divulgado pelo INEP, o curso de Ciências Contábeis ocupa a quarta posição no ranking dos dez maiores cursos com o maior número de matrículas do país, evidenciando um aumento na busca pelo bacharelado na área e consequentemente o acréscimo em termos de profissionais no mercado. Tal constatação corrobora com os dados supracitados do CFC.

A participação das profissionais em contabilidade é de 42,80% em relação à dos homens 57,20%, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Números de homens e mulheres em ativa na profissão contábil.

GÊNERO	Nº DE PROFISSIONAIS CONTÁBEIS	%
Homens	300.113	57,20
Mulheres	224.535	42,80
TOTAL	524.648	100

Fonte: A partir de Consulta Nacional de Ativo, CFC (2018).

Fazendo um comparativo com os dados obtidos no Censo da Educação Superior (2017), pôde-se verificar que o número de mulheres matriculadas no curso de Ciências Contábeis correspondia a 206.221, sendo superior ao de homens que tinha o equivalente de matriculados gerando em torno de 155.821. Em termos percentuais de matrículas nos cursos 57% eram do gênero feminino e 43% masculino. Tal confirmação aponta a necessidade de estudos que possibilitem esclarecer os motivos que justifiquem o fato de que o aumento no número de mulheres em formação em Contabilidade não está sendo refletido na ampliação dos registros profissionais femininos no CFC, visto que houve uma diminuição na participação delas comparando com 2016, que era na casa de (42,97%), em 2017 (42,86%), e em 2018 (42,78%).

A tabela 3 apresenta a evolução quantitativa das profissionais contábeis, técnicas e contadoras, em um lapso temporal que compreende os dez últimos anos, no Brasil.

Tabela 3 – Evolução quantitativa das profissionais ativas entre 2008 a 2017 no Brasil.

ANOS	TÉCNICAS	CONTADORAS
2008	64.234	85.433
2009	64.307	88.797
2010	73.317	130.540
2011	71.116	129.144
2012	69.094	129.758
2013	68.070	135.669
2014	69.383	142.469
2015	73.920	152.222
2016	69.615	160.836
2017	65.630	160.951
EVOLUÇÃO 2008-2017	2,17%	88,39%

Fonte: A partir de Consulta Nacional de Ativo, CFC (2018).

Podemos verificar que o número de profissionais técnicas em contabilidade entre 2008 e 2017, em termos absolutos, obteve um tímido acréscimo de 2,17%. É sabido que no ano de 2015 foram extintos os cursos de técnico contábil no Brasil, sendo uma tendência, portanto, que esse quantitativo decresça ao longo do decorrer dos anos.

Ainda, podemos perceber que o número de contadoras teve um aumento significativo entre 2008 e 2017, correspondendo a 88,39% de profissionais femininas com formação superior na contabilidade brasileira.

A participação das mulheres em plena atividade na profissão contábil tem uma maior representação na região Sudeste (51,48%) e a menor no Norte (6,67%), conforme tabela a seguir:

Tabela 4 - Números de mulheres na profissional contábil em ativa por região.

REGIÃO	Nº DAS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS	%
Sudeste	115.586	51,48
Sul	40.237	17,92
Nordeste	35.497	15,81
Centro-oeste	18.249	8,13
Norte	14.966	6,67
TOTAL	224.535	100

Fonte: A partir de Consulta Nacional de Ativo CFC (2018).

Conforme as sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior 2017 (INEP, 2018), o percentual de concluintes em cursos de graduação é maior para a região Sudeste, o que corrobora com o entendimento de haver um elevado quantitativo de profissionais nessa região.

As mulheres do estado de Alagoas representam 1.527 dos profissionais de contabilidade ativos no CRCAL, sendo 1.178 contadoras (77,14%) e 349 técnicas contábeis (22,86%). A mulher alagoana tem representatividade de 4,30% na região Nordeste conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 5 - Números das profissionais contábeis em ativa nos estados do Nordeste.

REGIÃO NORDESTE	Nº DE PROFISSIONAIS CONTÁBEIS ATIVOS	%
BA	8.775	24,72
PE	6.940	19,55
CE	5.726	16,13
MA	2.863	8,07
RN	2.902	8,18
PB	2.635	7,42
PI	2.567	7,23
SE	1.562	4,40
AL	1.527	4,30
TOTAL	35.497	100

Fonte: A partir de Consulta Nacional de Ativo CFC (2018).

Como se pôde constatar na região Nordeste o estado de Alagoas fica na nona posição no que tange a participação feminina na contabilidade. Esse dado é muito expressivo e evidencia a necessidade de ampliar o número de estudantes em formação contábil.

Ademais, com base no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Alagoas é o Estado com o menor IDH (0,631), ficando na última posição (27º) de todos os estados do Brasil.

Com isso, fica evidenciado a urgência de ações que possibilitem o incremento ao acesso das mulheres alagoanas nos cursos de Ciências Contábeis, ensejando que as mesmas a partir da qualificação profissional possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade de modo a contribuir para a melhoria do IDH do estado.

De acordo com o sítio do CFC, em Alagoas, do total de profissionais de contabilidade 57,20% são homens e 42,80% são mulheres em, 31 de outubro de 2018. Verifica-se com isso, que devem ser realizadas ações que potencialize o interesse por parte do gênero feminino pela contabilidade, de modo a ampliar sua participação no mercado contábil.

Apesar disso, o estado tem sido muito bem representado pelas mulheres contadoras como é o exemplo de Maria Clara Cavalcante Bugarim, primeira mulher a assumir a presidência do órgão máximo da classe contábil no Conselho Federal de Contabilidade. Mas, carece de novas reflexões e motivações para ampliar a participação feminina na seara contábil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao delinear em breves linhas a história da inserção da mulher no mercado de trabalho pode-se constatar que toda sua trajetória foi permeada de grandes lutas, nem todas contextualizadas nesse trabalho, mas notória por sua significância quanto ao empoderamento feminino.

Foram lutas travadas por meio de movimentos feministas que ascenderam à participação das mulheres em profissões, preponderantemente, ocupadas por homens, a exemplo da área contábil que por longos anos foi exercida, unicamente, pelo sexo masculino. De modo que o acesso das mulheres ao ambiente de trabalho contábil se deu de forma tardia, evidenciada pela falta de registros em relação à sua participação no histórico inicial do desenvolvimento das Ciências Contábeis no Brasil.

Dada a importância das mulheres para o progresso da contabilidade essa pesquisa objetivou identificar a representação das mulheres alagoanas na profissão contábil. Assim, a partir da pesquisa realizada junto ao *site* do Conselho Federal de Contabilidade constatou-se que o país possui um contingente de 524.648 profissionais e 66.010 organizações contábeis distribuídas pelo Brasil.

O estado com maior concentração de profissionais contábeis é São Paulo (28,84%) e o menor é o Acre (0,24%). São Paulo também é o estado com o maior número de organizações de contabilidade (30,01%), já o Amapá o menor (0,14%).

Do total dos profissionais com registros ativos no país 42,80% são mulheres. Houve um crescimento significativo da participação feminina no mercado contábil correspondente a 88,39% quando comparado 2008 e 2017.

A região com o maior número de mulheres atuantes na profissão contábil é o Sudeste (51,48%). Já o Norte ficou com a menor representação feminina (6,67%).

Identificou-se que o estado de Alagoas possui 1.527 mulheres profissionais em contabilidade com registros ativos, sendo 22,86% técnicas e 77,14% contadoras.

Constatou-se ainda que, o estado de Alagoas ocupa a nona posição na representação feminina contábil na região Nordeste.

Com base nos achados fica evidente o quanto as mulheres têm se interessado e se dedicado à profissão contábil, de modo a contribuir com o progresso da classe profissional e para, além disso, com o desenvolvimento social do país. Há de se ressaltar que as mulheres alagoanas têm papel de destaque, vez que a primeira e única mulher a assumir a presidência do Conselho Federal de Contabilidade é do estado de Alagoas.

Em última análise, parece claro afirmar que, apesar de inúmeras dificuldades enfrentadas pelo sexo feminino no mercado profissional, o qual muitas vezes se apresenta preconceituoso, discriminativo e seletivo, as mulheres vêm superando obstáculos, ultrapassando os desafios que lhes são impostos e conquistando acesso e ascensão nas mais variadas áreas. Na contabilidade elas têm contabilizado conquistas e assumido posições de destaque, inclusive nos cargos diretivos dos conselhos de classe, mas que ainda necessita de novos avanços e ampliação de representatividade na área, vislumbrando a equidade de gênero na profissão, inclusive, no estado de Alagoas.

As limitações encontradas para realização da pesquisa situaram-se em termos de ausências de dados e informações em alguns *sites* dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Contudo, tais limitações não impediram o alcance do objetivo geral da pesquisa.

Para a realização de novos estudos sugere-se pesquisa que identifique o nível de disparidade salarial entre os gêneros na profissão contábil do Estado de Alagoas.

Por fim, espera-se que esta pesquisa inspire a realização de novos estudos de gênero na área contábil, bem como motive esforços, ações e a elaboração de políticas públicas que possibilitem a igualdade de gênero de forma mais célere.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P.; LEONE, E. T. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.25, n.2, p. 233-249, jul./dez. 2008.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática** – 3. ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988**. Brasília, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 mai. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2017**. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/press-kit_censo_educacao_superior2017.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira**. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206>. Acesso em: 25 set. 2018.

CAMPELLO, B.; DONATI, Luíza. A mulher contadora e seu espaço no mercado de trabalho. **Revista Pensar Contábil**. Vol. 5, n. 16, 2002.

CANEZIN, Carvalho Claudete. **A mulher e o casamento: da submissão à emancipação**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bv5-p2twqcoj:www.flaviotartuce.adv.br/assets/uploads/artigos/claudete_mulher.doc+&cd=1&hl=pt-br&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 09 ago. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Mulheres permanecem como maioria na pós-graduação brasileira**.

Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8787-mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em: 25 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Mulheres que se destacam por atuação e crescimento profissional na Contabilidade**. 2018. Disponível em

<<http://cfc.org.br/noticias/mulheres-se-destacam-por-atuacao-e-crescimento-profissional-na-contabilidade/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. **Participação das mulheres avança na contabilidade**. Disponível em <<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. **Presidente do CFC Maria Clara Cavalcante Bugarim**. Disponível em <<http://cfc.org.br/oconselho/presidentes/maria-clara-cavalcante-bugarim/>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade**. Disponível em <<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. **Vice-Presidente do CFC**. Disponível em <<http://cfc.org.br/noticias/conheca-as-vice-presidencias-do-cfc-desenvolvimento-profissional/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. **Evolução Anual Comparativo 2004-2016**. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2017/08/estatistico_2004a2016.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

CUNHA, J. V. A.; CORNACHIONE JR, E. B.; MARTINS, G. A. Pós-Graduação: o curso de ciências contábeis da FEA/USP, **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 19, n. 48, p. 6-26, 2008.

FELICIANO, Rafaella. Os novos desafios das mulheres no mundo contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. N. 234. Ano XLVII. Novembro/dezembro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

JÚNIOR L.; SANTINI B.; SILVEIRA P. A Feminização da Área Contábil: um Estudo Qualitativo Básico. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 9, n.1, art. 4, p. 64-83, 2015.

REVISTA M. DE MULHER. **Mulheres brasileiras que fizeram história**. 2017. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/20-mulheres-brasileiras-que-fizeram-historia/>>. Acesso em: 22 set. 2018.

MACHADO P.; SILVA F.; VICTOR G. Representatividade das Contadoras como Responsáveis pela Contabilidade e pela Auditoria Independente das Empresas de capital aberto à luz do fenômeno do Teto De Vidro. In: **CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFGRS**, 2017, Rio Grande do Sul. Anais [...]. Rio Grande do Sul, 2017. p. 13-14.

PELEIAS, I. R.; SEGRETI, J. B.; SILVA, G. P.; CHIROTTO, A. R. Evolução da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. esp., p. 19-32, 2007.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. **Mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. **Participação das mulheres no mercado de trabalho segue menor que a dos homens**. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-segue-menor-que-a-dos-homens-diz-oit.ghtml>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª Ed. - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada á contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 3ª Ed. – São Paulo, Atlas, 2010.

SOUZA E. T. **Gênero e mercado de trabalho:** A ascensão das mulheres contadoras. 2015. 63 p. Dissertação (Mestrado em Teologia). Faculdades EST, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report Index 2018.** Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.